

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 457.933 - SC (2018/0166570-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JORGE LUIZ MARTINS E OUTRO
ADVOGADOS : JORGE LUIZ MARTINS - SC004466
FLÁVIO ANITO DE SOUZA - SC027775
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : D A G M (PRESO)

DECISÃO

D. A. G. M., alega sofrer constrangimento ilegal em face de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**, nos autos da Apelação n.º 0010192-96.2012.8.24.0011.

Consta dos autos que o paciente foi absolvido, pelo Juízo de primeiro grau, da prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal (fls. 63-67).

Irresignado, o *Parquet* apelou e o Tribunal de origem deu provimento ao recurso, para condenar o acusado à pena privativa de liberdade de 10 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 217-A, *caput*, na forma do art. 71, *caput*, ambos do Código Penal. O acórdão foi assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DA ACUSAÇÃO.

PEDIDO DE CONDENAÇÃO. POSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS. CONSENTIMENTO DA VÍTIMA. IRRELEVÂNCIA. INSUBSISTÊNCIA DE DISCERNIMENTO ACERCA DOS ATOS. RÉU QUE APROVEITOU-SE DA INOCÊNCIA DA OFENDIDA PARA MANIPULÁ-LA E OBTER BENEFÍCIOS SEXUAIS. LESIVIDADE AO BEM JURÍDICO TUTELADO CONFIGURADA. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE.

RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 71 DO CP). FRAÇÃO APLICADA EM 1/3 (UM TERÇO), DIANTE DO NÚMERO DE VEZES EM QUE O CRIME FOI PRATICADO.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (fl. 115)

Os embargos de declaração opostos contra acórdão que julgou a apelação, não foram conhecidos (fls. 146-152).

Neste *writ*, a impetrante sustenta a ilegalidade do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, "visto ser oriundo de um recurso de apelação ministerial sem protocolo, ou seja, inexistente ou intempestivo" (fl. 9).

Requer seja declarado nula a decisão impugnada e determinada sua imediata soltura.

A liminar foi indeferida às fls. 157-159 e o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 226-230).

Decido.

O Tribunal de origem ressaltou, no acórdão impugnado:

Em consulta à movimentação do processo de primeiro grau (SAJ5/PG), verifica-se que os autos foram devolvidos ao cartório pelo representante ministerial, após a carga (28/2/2014), em 6/3/2014, dentro, portanto, do quinquídio legal para a interposição de apelação.

Ademais, a tempestividade do reclamo foi certificada pelo juiz *a quo* (fl. 133) (fl. 151 – grifei).

Prestadas as informações às fls. 162-221, pelo Tribunal de origem, verifico pelo andamento processual, que foi aberta vista ao Ministério Público em **28/2/2014** (fls. 168) e registrado o recebimento do recurso do *Parquet* em **6/3/2014** (fls. 167), portanto dentro do prazo legal de 5 dias.

O Superior Tribunal de Justiça entende que, em hipóteses de incerteza quanto à tempestividade do recurso, milita em favor do recorrente o entendimento mais favorável.

Vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PROTOCOLO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À SECRETARIA JUNTAMENTE COM AS PEÇAS PROCESSUAIS. DÚVIDA QUANTO À TEMPESTIVIDADE DO RECURSO. INTERPRETAÇÃO EM FAVOR DO RECORRENTE. SÚMULA 428/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Esta Corte Superior de Justiça tem compreendido que, nos casos de incerteza relacionada à tempestividade recursal, milita em favor da parte recorrente o entendimento mais favorável" (**EDcl no AgRg no REsp 1.298.945/MA**, Rel. Ministra **LAURITA VAZ, QUINTA TURMA**, julgado em 23/04/2013, DJe 30/04/2013.)
2. Conforme a dicção da Súmula 428/STF, "não fica prejudicada a **apelação** entregue em cartório no prazo legal embora despachada posteriormente".
3. Agravo regimental a que se nega provimento. (**AgRg no Aresp n. 809676/ MG**. Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**. 5ª T, DJe 15/3/2017)

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**